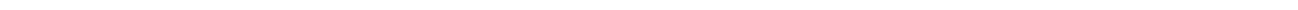




Energisa Paraíba | Resultados de 2014

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2014**



Relatório da Administração

A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Paraíba" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2014, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 19 de março de 2015.

1 - Considerações gerais

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1,3 milhão de clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba.

A Companhia manteve, em 2014 o foco na excelência na prestação de serviços e no relacionamento com os consumidores. Essa característica evidencia a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores. Em 2014, a Energisa Paraíba foi escolhida pelos consumidores como a segunda melhor empresa da região Nordeste na pesquisa de satisfação dos consumidores que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza anualmente. O prêmio, instituído em 2000, em 12 categorias, destaca as empresas mais eficientes na percepção do consumidor.

A Companhia também foi vencedora do Prêmio Abradee 2014 - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, conquistando a melhor avaliação na categoria Evolução do Desempenho e considerada a Melhor Distribuidora do Nordeste, entre as empresas com mais de 500 mil consumidores. O prêmio Abradee é o mais respeitado reconhecimento do setor elétrico brasileiro e avaliou este ano a prestação de serviço de 46 distribuidoras do País que, em conjunto, atendem a 98% dos consumidores nacionais.

A Energisa Paraíba ainda obteve a quarta colocação no ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que avalia as melhores empresas do Brasil. A Aneel leva em conta dois indicadores de desempenho que mostram o tempo e a quantidade de vezes que o consumidor ficou sem luz no ano: o DEC (duração equivalente de interrupção por unidade consumidora), que indica o número de horas, em média, que o consumidor ficou sem energia; e o FEC (frequência equivalente de interrupção por unidade consumidora), que mede quantas vezes, em média, houve interrupção no fornecimento de energia.

2 - Investimentos

Os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 154,5 milhões, em 2014, com o foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados. Dentre as realizações, destacam-se: i) Construção da LDAT Santa Rita / Bessa; ii) Ampliação das subestações Sousa e Mata Redonda; iii) Construção e reforma de alimentadores de MT; iv) Instalação de banco de reguladores de tensão; v) Ligação de novos consumidores.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Energisa Paraíba no ano:

Descrição do ativo	Dez/2014	Dez/2013	Acréscimo 2014/2013
Subestações - nº	61	61	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	1.146	1.106	+ 40
Alimentadores - nº	300	278	+ 22
Postes de Rede de Distribuição- nº	981.625	944.910	+ 36.715
Linhas de transmissão - km	2.291	2.197	+ 94
Redes de distribuição (próprias) - km	71.201	72.062	- 861
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	52.026	52.764	- 738
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.234	1.220	+ 14

3 - Desempenho econômico-financeiros

3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2014:

Descrição	2014	2013	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.801,2	1.525,9	+ 18,0
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	1.633,5	1.392,2	+ 17,3
Receita Operacional Líquida	1.299,4	1.095,1	+ 18,7
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.131,7	961,4	+ 17,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	176,4	182,7	- 3,4
EBITDA	230,1	229,5	+ 0,3
EBITDA Ajustado	249,8	249,9	-
Resultado financeiro	(37,6)	(36,9)	+ 1,9
Lucro Líquido	119,4	133,9	- 10,8
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.794,7	1.541,0	+ 16,5
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	83,7	194,1	- 56,9
Patrimônio Líquido	671,5	598,1	+ 12,3
Endividamento Líquido	608,9	479,2	+ 27,1
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.312,8	1.264,8	+ 3,8
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	3.786,1	3.520,7	+ 7,5
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	4.321,2	4.197,9	+ 2,9
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	12,08	11,78	+ 0,3 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	19,2	22,8	- 3,6 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	2,4	1,9	+ 26,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 - Ambiente regulatório - Reajuste tarifário

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) autorizou o reajuste das tarifas de energia elétrica Energisa Paraíba, cujo efeito médio percebido pelos consumidores foi de 21,81% a partir de 28 de agosto. Os consumidores de baixa tensão perceberão um aumento de 21,43% nas tarifas e os de média e alta tensão terão um acréscimo de 22,75%. Os reajustes tarifários são processos regulados pela Aneel e constam do contrato de concessão.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a ANEEL publica, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobrás à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2014, a ANEEL reconheceu para a Energisa Paraíba o montante de R\$ 201,7 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 21,6 milhões para a Energisa Paraíba. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3.2.1 - Eventos subsequentes

3.2.1.1 - Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias” nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

3.2.1.2 - Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Energisa Paraíba, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 3,8% a partir de 02/03/2015.

3.3 - Despesas operacionais

Em 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 1.123,0 milhões, aumento de 23,1% (R\$ 210,6 milhões) em relação a 2013. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) tiveram um crescimento de 5,3% (R\$ 10,7 milhões), para R\$ 213,6 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram aumento de 30,4% (R\$ 149,2 milhões), decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada em função da hidrologia desfavorável em 2014 no país.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2014	2013	Variação em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	213,6	202,9	+ 10,7
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	112,6	110,3	+ 2,3
1.2 Material	14,5	12,6	+ 1,9
1.3 Serviços de terceiros	86,5	80,0	+ 6,5
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	640,7	491,5	+ 149,2
3 - Depreciação e amortização	53,7	46,8	+ 6,9
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	21,7	7,5	+ 14,2
5 - Outras despesas/receitas	25,6	30,0	- 4,4
Subtotal	955,3	778,7	+ 176,6
6 - Custo de construção ^(*)	167,7	133,7	+ 34,0
Total	1.123,0	912,4	+ 210,6

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.4 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2014, a Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 119,4 milhões, ante os R\$ 133,9 milhões registrados em 2013. No quarto trimestre de 2014 (4T14), o lucro apresentado foi de R\$ 64,7 milhões, ante os R\$ 12,0 milhões registrados no quadrimestre do ano anterior.

A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) se manteve no mesmo patamar do exercício anterior, atingindo R\$ 249,8 milhões em 2014. No 4T14, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 124,5 milhões, crescimento de 225,1% em relação ao 4T13.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T14	4T13	Var. %	2014	2013	Var. %
(=) Lucro Líquido	64,7	12,0	+ 439,2	119,4	133,9	- 10,8
(-) Contribuição social e imposto de renda	(15,7)	(2,2)	+ 613,6	(19,4)	(11,9)	+ 63,0
(-) Resultado financeiro	(27,1)	(7,3)	+ 271,2	(37,6)	(36,9)	+ 1,9
(-) Depreciação e amortização	(13,6)	(12,1)	+ 12,4	(53,7)	(46,8)	+ 14,7
(=) Geração de caixa (EBITDA)	121,1	33,6	+ 260,4	230,1	229,5	+ 0,3
(+) Receita de acréscimos moratórios	3,4	4,7	- 27,7	19,7	20,4	- 3,4
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	124,5	38,3	+ 225,1	249,8	249,9	-
Margem do EBITDA Ajustado (%)	27,7	13,6	+ 14,1 p.p	19,2	22,8	- 3,6 p.p

Com base nos resultados alcançados em 2014, a Companhia já distribuiu dividendos intercalares à conta do exercício no valor de R\$ 51,9 milhões, pagos a partir de:

- i) 11 de junho de 2014, correspondentes a R\$ 31,1 milhões (R\$ 33,9103837566 por ação);
- ii) 4 de setembro de 2014, no montante de R\$ 4,9 milhões (R\$ 5,27548523 por ação); e
- iii) 19 de janeiro de 2015, no valor de R\$ 15,9 milhões (R\$ 17,31724318 por ação).

Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 13,0 milhões (R\$ 14,19221178 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício somam R\$ 64,9 milhões.

4 - Desempenho operacional

O salto de qualidade da Companhia na gestão dos seus serviços se evidencia pela posição de destaque dos indicadores de satisfação junto aos consumidores, conforme já mencionada nos rankings da Abradee e Aneel.

4.1 - Gestão das perdas de energia: em 2014, a Energisa Paraíba apresentou nível de perda não técnica baixo, entrando na zona de saturação de combate. As perdas totais apresentaram leve aumento de 0,30 ponto percentual em relação a 2013. Houve nesse período a migração de um grande consumidor para a Rede Básica que contribuiu para esse aumento.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência, considerando o que não foi recebido em relação ao que foi vendido nos últimos 12 meses, foi destaque, tendo reduzido 43,9%, de 3,21%, em 2013, para 1,80%, em 2014, o mesmo ocorrendo com o número de faturamentos mensais (pendente) que passou de 1,35%, em 2013, para 1,17%, em 2014.

4.3 - DEC e FEC: a redução de 8,1% do indicador de continuidade (FEC) para 9,82 vezes, em 2014, é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema. O DEC de 21,01 (20,18 em 2013) reflete as condições climáticas com precipitações em volumes elevados e atípicos, especificamente no primeiro quadrimestre do ano, ocasionando um aumento de dias críticos no estado em comparação ao ano de 2013. Contudo, o resultado final de 2014 ficou abaixo do limite estabelecido pelo órgão regulador (ANEEL).

Indicadores operacionais	2014	2013	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	12,08	11,78	+ 0,30 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,80	3,21	- 43,9
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	1,17	1,35	- 13,3
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	87,10	82,15	+ 6,0
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	72,73	60,31	+ 20,6
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	21,01	20,18	+ 4,1
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	9,82	10,69	- 8,1

4.4 - Mercado de energia: em 2014, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 4.227,3 GWh, incremento de 2,6% em relação ao ano anterior. O consumo foi impulsionado pelas classes comercial e residencial, que cresceram 7,5% e 7,0%, respectivamente no período. O consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 3,5% em 2014.

A energia total distribuída em 2014 foi de 4.321,2 GWh, ante os 4.197,9 GWh registrados em 2013, crescimento de 2,9%, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2014	2013	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	3.786,1	3.520,7	+ 7,5
✓ Residencial	1.534,6	1.433,8	+ 7,0
✓ Industrial	628,5	508,8	+ 23,5
✓ Comercial	684,4	636,7	+ 7,5
✓ Rural	263,4	271,3	- 2,9
✓ Outras Classes	675,2	670,1	+ 0,8
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	441,2	599,2	- 26,4
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	4.227,3	4.119,9	+ 2,6
4) Suprimento de energia e não faturado	93,8	78,0	+ 20,3
5) Energia Total Distribuída (3+4)	4.321,2	4.197,9	+ 2,9

A Energisa Paraíba encerrou o ano com 1.312.768 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,8% superior à registrada no fim de 2013. Já o número de consumidores livres totalizou 20 no fim de 2014.

5 - Estrutura de Capital

5.1 - Perfil da dívida

A dívida líquida da Energisa Paraíba, que incluem empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos e fundo de pensão, passou de R\$ 479,2 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 603,5 milhões em 31 de dezembro de 2014.

As dívidas de curto e longo prazo da Energisa Paraíba em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2014	31/12/2013
Curto Prazo	152,3	134,0
Empréstimos e financiamentos	138,3	43,7
Debêntures	-	80,0
Encargos de dívidas	3,2	2,3
Déficit atuarial	10,8	8,0
Longo Prazo	540,3	539,3
Empréstimos e financiamentos	483,3	485,7
Déficit atuarial	57,0	53,6
Total das dívidas	692,6	673,3
(-) Disponibilidades financeiras	83,7	194,1
Total das dívidas líquidas	608,9	479,2

6 - Gestão de pessoas

A Energisa Paraíba valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2014 com 2.019 colaboradores próprios e 334 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas estão alinhadas aos valores e missão da Companhia e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual.

A Energisa Paraíba foi agraciada com a medalha de Prata por ter obtido o segundo lugar no Grupo III (empresas com mais de 2.000 funcionários). Esta premiação se configura como maior reconhecimento de Segurança do Trabalho no país. A conquista desses prêmios evidencia uma cultura de gestão preventiva que valoriza o ser humano como maior patrimônio da empresa.

Em 2014, a Energisa Paraíba dedicou 154,8 mil homem/hora a treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 900 mil. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância. Em 2014, foram dedicadas nessa modalidade 84,6 mil homem/hora, o que corresponde a 54,6% do total de treinamento nesta unidade.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Paraíba lançou, em outubro de 2014, o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Em 2014, foi ampliado o Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão. O Centro de Formação funciona como um simulador de situações reais às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Paraíba deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio do "Portal Líder" e "Academia de Líderes". O Programa de Desenvolvimento Gerencial, disponível através do ambiente de capacitação online denominado PORTAL LÍDER ENERGISA, ofereceu aos seus participantes (gestores da Energisa Paraíba) cursos práticos da Harvard Business Publishing. Diante da nova realidade da

empresa, ainda em 2014 foi desenhada a Academia de Líderes, baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação no negócio.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Paraíba conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da organização. A Energisa Paraíba mantém ainda um programa de seleção de trainees que permite desenvolver uma nova geração de líderes. Nos últimos quatro anos foram retidos 13 *trainees*.

7 - Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país, a Energisa investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

A Energisa Paraíba busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Entre as principais ações realizadas em 2014, destaca-se:

Iniciativas Socioculturais

As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- ✓ Espaços *Usina Cultural* oferecem programação mensal com shows, teatro, exposições e lançamentos de livros. Em 2014, estes espaços receberam cerca de 26 mil visitantes;
- ✓ *Balcão de Livros*, programa de estímulo à leitura que coloca à disposição da população, em sistema de empréstimo, um acervo com mais de 5 mil obras literárias sobre variados assuntos. Os livros estão acessíveis em postos e agências de atendimento da empresa;
- ✓ Ainda, por meio de leis de incentivo à cultura, a Energisa Paraíba patrocina diversos projetos culturais. Em 2014 dois projetos foram beneficiados, com destaque para a *6ª Edição do CinePort*, festival de mostras competitivas de longa e curta metragens que em 2014 atraiu um público estimado de 30 mil pessoas.

No âmbito social dois projetos se destacaram:

- ✓ Para apoio a políticas, programas e ações voltadas para garantia dos direitos de crianças e adolescentes, a Energisa Paraíba realizou doações correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido em 2014.
- ✓ Também foram realizadas doações, correspondentes a 1% do Imposto de Renda devido, a programas que visam à atenção à pessoa com deficiência, bem como a atenção oncológica.

Iniciativas Esportivas

Ciente de que o esporte é uma ferramenta de inclusão social, a Companhia mantém patrocínios a projetos de estímulo a prática de esportes e lazer:

- ✓ *Caminhada da Saúde* (em 2014 mobilizou mais de 1 mil pessoas, entre colaboradores e público externo), Programa *Gol de Placa* e o projeto *Magia V*, esse último por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

Iniciativas voltadas à Educação

Na linha do desenvolvimento econômico das áreas de concessão, a Companhia investe em projetos específicos de incentivo a educação:

- ✓ Parceria com o *Junior Achievement*, fundação educativa sem fins lucrativos, em que colaboradores atuam como voluntários na formação de jovens empreendedores de escolas públicas e privadas. Em 2014, com o envolvimento de 63 voluntários, mais de 1.122 alunos de 3 escolas foram beneficiados.
- ✓ Projeto *Bem da Gente*, que tem como proposta gerar a inclusão produtiva estimulando o empreendedorismo por meio da oferta de capacitação em oficinas do SEBRAE Microempreendedor.

Uso Consciente de Energisa

Todos os anos, diversos projetos do programa de “Eficiência Energética” são implantados visando a adoção de mudanças comportamentais quanto ao uso da energia. Em 2014, este programa absorveu quase R\$ 7 milhões em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica, destacando-se:

- ✓ *Energisa Comunidades*: atendimento a comunidades locais com ações como substituição de lâmpadas e doação de equipamentos eficientes, em comunidades de baixa renda. Além da promoção de palestras sobre uso racional da energia elétrica e de equipamentos. Para este programa é utilizada como base nas comunidades a *Unidade Móvel da Energisa*, veículo preparado com equipamentos para apoio e condução dos programas.
- ✓ *Espaço Energia*: é um complexo didático-interativo, localizado em João Pessoa/PB, que apresenta, de maneira lúdica, a história da eletricidade e seu uso racional e eficiente. Em 2014 mais de 16 mil pessoas visitaram o local.
- ✓ *Conta Cidadã*: troca de resíduos recicláveis trazidos pelos consumidores por bônus na conta de energia. Em 2014 foram coletadas mais de duas mil toneladas de resíduos, garantindo assim a destinação correta desses materiais.

8 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba em 2014 foi de R\$ 1.031 mil, sendo R\$ 982 mil pela revisão das demonstrações financeiras e R\$ 49 mil por serviços relacionados a programas de “Eficiência Energética”, “Luz para Todos”, revisão de processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	45.979	50.315
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	8.731	96.049
Consumidores e concessionárias	6	167.729	151.382
Títulos de créditos a receber	7	34.397	33.152
Estoques		4.651	4.263
Impostos a recuperar	9	47.855	50.471
Instrumentos financeiros derivativos	29	8.901	-
Despesas pagas antecipadamente		914	4.985
Ativos regulatórios	11	97.466	-
Outros créditos	12	61.566	33.483
Total do circulante		478.189	424.100
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	28.990	47.747
Consumidores e concessionárias	6	40	-
Títulos de créditos a receber	7	19.795	28.840
Impostos a recuperar	9	27.705	26.190
Créditos tributários	14	126.621	124.132
Cauções e depósitos vinculados	21	23.334	22.610
Instrumentos financeiros derivativos	29	39.484	15.685
Ativos regulatórios	11	91.878	-
Contas a receber da concessão	15	276.224	225.555
Outros créditos	12	1.504	3.334
		635.575	494.093
Investimentos		110	97
Imobilizado	16	12.410	13.511
Intangível	16	668.384	609.184
Total do não circulante		1.316.479	1.116.885
Total do ativo		1.794.668	1.540.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	117.345	90.153
Encargos de dívidas	18	3.182	2.269
Empréstimos e financiamentos	18	138.322	43.719
Debentures	19	-	80.029
Folha de pagamento		1.992	3.927
Tributos e contribuições sociais	20	67.297	46.354
Dividendos	22.6	-	16.000
Obrigações estimadas		8.100	8.036
Taxa de iluminação pública arrecadada		5.057	3.686
Benefícios a empregados	30	10.847	8.037
Obrigações Intrasetoriais		14.871	23.662
Passivos regulatórios	11	39.891	-
Outras contas a pagar		14.626	15.513
Total do circulante		421.530	341.385
Não circulante			
Fornecedores	17	2.646	2.646
Empréstimos e financiamentos	18	483.328	485.747
Tributos e contribuições sociais	20	28.260	20.419
Passivos regulatórios	11	69.313	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	21	51.097	37.604
Benefícios a empregados	30	56.955	53.644
Outros		10.063	1.454
Total do não circulante		701.662	601.514
Patrimônio Líquido			
Capital social	22.1	461.424	425.805
Reservas de capital	22.2	97.002	97.002
Reservas de lucros	22.3 a 22.5	105.664	86.829
Dividendos adicionais propostos	22.6	28.931	6.996
Outros resultados abrangentes		(21.545)	(18.546)
Total do patrimônio líquido		671.476	598.086
Total do passivo e patrimônio líquido		1.794.668	1.540.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	23	1.299.392	1.095.114
Custo do serviço de energia elétrica	24	(910.993)	(721.576)
Lucro bruto		388.399	373.538
Despesas com vendas	24	(75.405)	(71.486)
Despesas gerais e administrativas	24	(128.996)	(113.094)
Outras receitas	25	7.354	7.592
Outras despesas	25	(14.917)	(13.821)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		176.435	182.729
Receita financeira	26	46.471	57.849
Despesas financeiras	26	(84.060)	(94.755)
Despesas financeiras líquidas		(37.589)	(36.906)
Lucro antes dos impostos		138.846	145.823
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	(20.426)	(29.190)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	944	17.311
Lucro líquido do exercício		119.364	133.944
Lucro básico e diluído ação ordinária e preferencial - R\$	27	130,00	145,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	119.364	133.944
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	(2.999)	1.581
Total de outros resultados abrangentes do exercício	116.365	135.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		138.846	145.823
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		(14.159)	78.233
Depreciação e amortização	24	53.672	46.785
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	9.772	8.762
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	24	11.948	(1.285)
Marcação a mercado de derivativos	26	3.511	25.671
Instrumentos financeiros derivativos	26	(21.199)	(39.933)
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	26	(7.062)	(5.447)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	25	7.563	6.229
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) diminuição de consumidores e concessionárias		(26.159)	33.113
Diminuição de títulos de créditos a receber		7.800	24.178
(Aumento) diminuição de estoques		(388)	2.100
Diminuição (aumento) de impostos a recuperar		1.101	(14.402)
(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados		(724)	3.076
Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente		4.071	(562)
(Aumento) de outros créditos		(32.502)	(14.408)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		26.343	(16.097)
(Diminuição) aumento de folha de pagamento		(1.935)	2.218
Aumento de tributos e contribuições sociais		15.591	8.272
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.487)	(21.241)
Aumento de obrigações Estimadas		64	1.081
Aumento (diminuição) de encargos do consumidor a recolher		180	(5.332)
(Diminuição) de outras contas a pagar		(10.675)	(18.055)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		157.172	248.779
Atividades de investimentos			
Outros investimentos		-	(4)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		121.491	(10.992)
Aplicações no intangível e imobilizado	16	(134.145)	(114.122)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	25	7.354	7.592
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(5.300)	(117.526)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18, 19 e 33	91.047	179.493
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(130.729)	(172.339)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(39.523)	(46.841)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(18.028)	4.790
Pagamentos de dividendos	22.6	(58.975)	(113.687)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(156.208)	(148.584)
Variação líquida do caixa		(4.336)	(17.331)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		50.315	67.646
Caixa mais equivalentes de caixa finais		45.979	50.315
Variação líquida do caixa		(4.336)	(17.331)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		1.637.793	1.395.672
Outros resultados	25	7.354	7.592
Receitas relativas a construção de ativos próprios	23 e 26	167.726	133.705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	24	(9.772)	(8.762)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		693.491	537.357
Materiais e serviços de terceiros		103.982	95.530
Outros custos operacionais		210.344	168.086
		1.007.817	800.973
Valor adicionado bruto		795.284	727.234
Amortização e depreciação	24	53.672	46.785
Valor adicionado líquido		741.612	680.449
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	26	46.471	57.849
Valor adicionado total a distribuir		788.083	738.298
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		69.156	70.077
Benefícios		22.177	20.276
FGTS		5.406	5.203
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		130.614	106.148
Estaduais		331.346	287.726
Municipais		573	487
Obrigações Intrasetoriais		19.013	14.362
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	26	88.336	98.216
Aluguéis		2.098	1.859
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	22.6	35.979	84.817
Dividendos adicionais propostos	22.6	28.931	6.996
Reserva Legal	22.3	5.968	6.697
Reserva de redução de imposto de renda	22.4	26.033	35.619
Reserva de lucros	22.5	22.453	
Lucros acumulados		-	(185)
		788.083	738.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital			Reservas de Lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Subtotal	Outros resultados abrangentes	Total
			Remuneração das imobilizações sem curso	Reserva especial de ágio	Outras Reservas de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Redução de imposto de renda					
Saldos em 01 de janeiro de 2013	386.516	(538)	2.995	94.078	467	44.513	-	39.289	9.479	185	576.984	(20.127)	556.857
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.479)	-	(9.479)	-	(9.479)
Aumento de capital e cancelamento de ações conforme AGO e AGE de 24/04/2013	39.289	538	(538)	-	-	-	-	(39.289)	-	-	-	-	-
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.581	1.581
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	133.944	133.944	-	133.944
Proposta de destinação do Lucro Líquido:													
Reserva Legal	22.3	-	-	-	-	6.697	-	-	-	(6.697)	-	-	-
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	22.4	-	-	-	-	-	-	35.619	-	(35.619)	-	-	-
Dividendos	22.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(84.817)	(84.817)	-	(84.817)
Dividendos adicionais propostos	22.6	-	-	-	-	-	-	-	6.996	(6.996)	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2013	425.805	-	2.457	94.078	467	51.210	-	35.619	6.996	-	616.632	(18.546)	598.086
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 25/04/2014	22.1	35.619	-	-	-	-	-	(35.619)	-	-	-	-	-
Dividendos exercício 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.996)	-	(6.996)	-	(6.996)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.999)	(2.999)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119.364	119.364	-	119.364
Proposta de destinação do Lucro Líquido:													
Reserva Legal	22.3	-	-	-	-	5.968	-	-	-	(5.968)	-	-	-
Reserva Lucros	22.3	-	-	-	-	-	-	22.453	-	(22.453)	-	-	-
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	22.4	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.033)	-	-	-
Dividendos	22.6	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.979)	(35.979)	-	(35.979)
Dividendos adicionais propostos	22.6	-	-	-	-	-	-	-	28.931	(28.931)	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2014	461.424	-	2.457	94.078	467	57.178	22.453	26.033	28.931	-	693.021	(21.545)	671.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2014						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2014 Valor			2013 Valor		
Receita líquida (RL)	1.299.392			1.095.114		
Resultado operacional (RO)	138.846			145.823		
Folha de pagamento bruta (FPB)	88.991			88.948		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	16.247	18,26%	1,25%	15.137	17,02%	1,38%
Encargos sociais compulsórios	21.190	23,81%	1,63%	19.896	22,37%	1,82%
Previdência privada	7.258	8,16%	0,56%	7.482	8,41%	0,68%
Saúde	3.708	4,17%	0,29%	2.737	3,08%	0,25%
Segurança e saúde no trabalho	122	0,14%	0,01%	259	0,29%	0,02%
Educação	385	0,43%	0,03%	504	0,57%	0,05%
Cultura	9	0,01%	0,00%	11	0,01%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	930	1,05%	0,07%	1.136	1,28%	0,10%
Creches ou auxílio-creche	137	0,15%	0,01%	124	0,14%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	7.656	8,60%	0,59%	8.483	9,54%	0,77%
Outros	1.988	2,23%	0,15%	2.296	2,58%	0,21%
Total - Indicadores sociais internos	60.923	68,46%	4,69%	58.065	65,28%	5,30%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	199	0,14%	0,02%	211	0,14%	0,02%
Cultura	1.527	1,10%	0,12%	2.109	1,45%	0,19%
Saúde e saneamento	256	0,18%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Esporte	157	0,11%	0,01%	240	0,16%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.157	0,83%	0,09%	1.423	0,98%	0,13%
Total das contribuições para a sociedade	3.296	2,37%	0,25%	3.983	2,73%	0,36%
Tributos (excluídos encargos sociais)	462.842	333,35%	35,62%	374.465	256,79%	34,19%
Total - Indicadores sociais externos	466.138	335,72%	35,87%	378.448	259,53%	34,56%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	131	0,09%	0,01%	77	0,05%	0,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	131	0,09%	0,01%	77	0,05%	0,01%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2014		2013			
NP de empregados(as) ao final do período	2.019		2.020			
NP de admissões durante o período	223		171			
NP de empregados(as) terceirizados(as)	1.013		864			
NP de estagiários(as)	70		73			
NP de empregados(as) acima de 45 anos	269		270			
NP de mulheres que trabalham na empresa	314		304			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,97%		22,85%			
NP de negros(as) que trabalham na empresa	1.012		916			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	28,57%		28,57%			
NP de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	105		109			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014		Metas 2015			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	25,65		24,36			
Número total de acidentes de trabalho	22		12			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 21.161	no Procon 408	na Justiça 1.690	na empresa 34.242	no Procon 457	na Justiça 2.000
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 98,07%	no Procon 29%	na Justiça 33%	na empresa 100%	no Procon 36%	na Justiça 30%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2014: 882.328			Em 2013: 738.298		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	57 % governo 11% colaboradores(as) 4% acionistas 10 % terceiros 18% retido			55% governo 13% colaboradores(as) 12% acionistas 14% terceiros 6% retido		
7 - Outras Informações	2014		2013			
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	0		0			
7.1.2 - Investimento do Estado	0		0			
7.1.3 - Investimento do Município	0		0			
7.1.4 - Investimento da Concessionária	0		0			
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	0		0			
7.2 - Programa de eficiência Energética	5.386		4.169			
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	3.507		2.287			
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	8.893		6.456			

Notas Explicativas

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **Exercício findo em 31 de dezembro de 2014** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa PB"), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.312.789 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 10, 15, 16, 23 e 32, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS").

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2015.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 29.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.”

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Esta classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para apuração do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 29.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, instrumentos financeiros derivativos e ativos regulatórios.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais

sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo;

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, no exercício de 2012, foi registrado como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15;

- g. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 11;
- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidas no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- l. Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subseqüentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m. Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 29;
- n. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresas que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- o. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;
- p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma

obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;

- s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- v. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2014	2013
Caixa Econômica Federal	CDB	24/11/2016 a 30/11/2017	100,5% do CDI	18.069	24.865
Santander	Debêntures (2)	21/12/2015	103,2% do CDI	-	4.271
				18.069	29.136
Caixas e bancos				27.910	21.179
Total caixa e equivalente de caixa				45.979	50.315

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2014	2013
ABC Brasil	CDB	25/09/2015	100% do CDI	2	2
Banrisul	Fundo de Investimento	-	100% do CDI	51	53
		19/03/2015 a 06/05/2015	102,5% a 103,0% do CDI	14	13
BES	CDB	24/08/2015 a	98,0% a 108,0% do CDI	68	61
BICBanco	CDB	10/02/2016	100,0% do CDI	10	9
BMG	CDB	19/01/2015	95% do CDI	341	-
Bradesco	CDB	16/03/2015	101,0% do CDI	75	70
BTG Pactual	CDB	05/12/2015	CDI/SELIC/IPCA + 5,7%	106	24.449
Caixa FI Energisa (4)	Fundo de Investimento	15/04/2016 a 15/04/2045	5,7%	87	87
Caixa Econômica Federal	Poupança	-	Poupança	4	-
Caixa FI Energisa (4)	LTN	1/07/2018	Título publico	58	-
bradesco	poupança	-	poupança	-	-
		24/12/2014 a 24/05/2021	Benchmark CDI	-	45.658
FIM Zona da Mata (4)	Fundo de Investimento	03/08/2015	100,0% do CDI	666	677
HSBC	CDB	25/11/2015 a 27/11/2015	95,0% a 102,0% do CDI	99	403
Itaú	CDB	26/02/2015	102,0% do CDI	284	321
Itaú	Debêntures	-	CDI	735	718
Itaú	Fundo de Investimento	15/02/2019 a 30/08/2019	90,0% a 99,0% do CDI	31.009	40.315
Nordeste	CDB	08/02/2017	104,0% do CDI	199	178
Pine	CDB	-	CDI	-	12.629
Safra	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-
Safra	Debentures	18/04/2016	100,0% do CDI	28	-
Votorantim	CDB	27/05/2015	98,0% do CDI	5	4
				33.841	125.647

B.3 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2014	2013
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	3.880	3.697
Mercantil	DPGE	26/06/2015	112,0% do CDI	-	14.452
				3.880	18.149
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (3)				37.721	143.796
Circulante				8.731	96.049
Não circulante				28.990	47.747

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

- (3) Inclui R\$37.610 (R\$46.553 em 2013) referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos ⁽¹⁾	Vencidos					2014	2013
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	15.431	20.872	6.378	2.198	338	265	45.482	35.438
Industrial	20.186	1.915	236	150	294	5.254	28.035	21.345
Comércio, serviços e outras atividades	16.894	4.432	969	448	616	1.722	25.081	19.922
Rural	2.388	1.449	580	244	148	114	4.923	3.838
Poder Público:								
Federal	2.412	326	40	12	31	2	2.823	2.546
Estadual	3.863	522	63	20	49	-	4.517	4.071
Municipal	2.758	372	45	14	36	-	3.225	2.906
Iluminação pública	5.983	793	259	12	-	6	7.053	5.667
Serviço público	4.446	109	26	25	57	1	4.664	23.769
Subtotal - consumidores	74.361	30.790	8.596	3.123	1.569	7.364	125.803	119.502
Concessionárias ⁽²⁾	-	-	-	-	-	40	40	3.849
Fornecimento não faturado	52.192	-	-	-	-	-	52.192	37.151
Outros	290	-	-	-	-	374	664	2.235
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(2.198)	(954)	(7.778)	(10.930)	(11.355)
Total	126.843	30.790	8.596	925	615	-	167.769	151.382
Curto prazo							167.729	151.382
Longo prazo							40	-

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2014, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$40 (R\$3.849 em 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$13.867 (R\$5.584 em 2013), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$3.137 (R\$3.777 em 2013), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2014	2013
Créditos vencidos (*)	40	1.997
(-) Aquisições de energia na CCEE	(13.867)	(5.584)
(-) Encargos de serviços do sistema	(3.137)	(3.777)
	(16.964)	(7.364)

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL,

de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados a valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2014	2013
Títulos de créditos a receber	86.729	90.704
Ajuste a valor presente	(8.615)	(10.415)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(23.922)	(18.297)
	54.192	61.992
Circulante	34.397	33.152
Não circulante	19.795	28.840

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2014, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	2014
Vencidos	23.922
2015	34.397
2016	12.842
2017	2.839
2018	1.609
2019	1.002
2020 em diante	1.503
Total	78.114

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldo - inicial -circulante - 2014 e 2013	29.652	26.322
Provisões constituídas no período	9.532	10.482
Reversão de provisões no período	(4.332)	(7.152)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	34.852	29.652
Clientes, consumidores e concessionárias	10.930	11.355
Títulos de créditos a receber	23.922	18.297

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Impostos a recuperar

	2014	2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22.532	22.274
Imposto de Renda Retido na Fonte	679	306
Imposto de Renda - IRPJ	18.541	21.498
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	3.846	3.149
Contribuição do PIS e COFINS	29.568	29.430
Outros	394	4
	75.560	76.661
Circulante	47.855	50.471
Não circulante	27.705	26.190

10. Revisão e reajuste tarifário periódico

Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.785 de 26 de agosto de 2014, aprovou o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2014. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 28 de agosto de 2014, foi um aumento de 21,81%.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária

também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.592 de 27 de agosto de 2013, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 28 de agosto de 2013, foi uma redução de 3,02%.

11. Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	2014
Itens da Parcela A (i)	
Energia elétrica comprada para revenda	177.186
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	6.016
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	832
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	930
Itens financeiros	
Diferimento Parcela Fronteira	4.380
Total	189.344
Circulante	97.466
Não circulante	91.878
Passivos regulatórios	2014
Itens da Parcela A (i)	
Sobrecontratação de energia (ii)	69.530
Encargo de serviços de sistema - ESS (iii)	30.662
Itens financeiros	
CUSD	5.783
Exposição submercados	1.815
Neutralidade da Parcela A	1.414
Total	109.204
Circulante	39.891
Não circulante	69.313
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	80.140
Efeito na demonstração do resultado	2014
Receita operacional	84.076
Outras despesas financeiras	(3.936)
Total - resultado	80.140

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS - representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

A Companhia assinou junto a ANEEL, aditivo ao contrato de concessão com inclusão de cláusula específica que possibilitou o reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios como ativo ou passivo financeiro.

De acordo com o OCPC 08 a contabilização dos saldos existentes deve ser efetuada no exercício da assinatura do aditivo ao contrato de concessão de forma prospectiva.

Desta forma os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos regulatórios tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

12. Outros créditos

	2014	2013
Baixa renda (1)	23.574	13.053
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	8.893	9.939
Ordens de serviço em curso - outros	1.388	1.438
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	26.642	5.028
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	1.303	1.045
Créditos a receber - Restituição encargos setoriais	-	752
Adiantamentos	144	574
Outros	1.126	4.988
Total	63.070	36.817
Circulante	61.566	33.483
Não circulante	1.504	3.334

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário:

(1) Baixa Renda

	2014	2013
Saldo - inicial 2014 e 2013	13.053	16.409
Subvenção baixa renda	84.457	84.191
Ressarcimento Eletrobrás	(73.936)	(87.547)
Saldo- final - circulante -2014 e 2013	23.574	13.053

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	2014	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural aplicados nas tarifas	83.845	40.825
Ressarcimento Eletrobrás	(57.203)	(35.797)
Total	26.642	5.028

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de junho de 2014 a dezembro de 2014, cujo ressarcimento a administração da companhia espera receber da CDE no primeiro trimestre de 2015.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Central Solar Coremas S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I, Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Em abril de 2014 a controladora **ENERGISA S/A**, adquiriu a participação nas sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S/A (Enersul), Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNAEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) ⁽¹⁾	Energia Elétrica comprada para revenda (Custo) ⁽²⁾	Comissão aval (Despesa financeira) ⁽³⁾	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	22.963	-	6.635	-	1.805
EBO	-	3.157	-	250	553
Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	-	1.275	-	-	107
2014	22.963	4.432	6.635	250	2.465
2013	21.764	4.630	5.389	331	1.828

(1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(2) Os valores de energia elétrica comprada estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos Administradores

No exercício findo em 31 de dezembro 2014, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$ 2.395 (R\$2.322 em 2013) e da Diretoria foi de R\$1.894 (R\$4.009 em 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$ 540 (R\$508 em 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$649 (R\$674 em 2013).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$60 e R\$5 (R\$ R\$40 e R\$ 6 em 2013), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2014 foi de R\$17 (R\$21 em 2013).

Na AGO de 25 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$8.721 (R\$7.584 em 2013).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2014	2013
Ativo - diferenças temporárias		
Imposto de renda	112.270	100.499
Contribuição social sobre o lucro líquido	40.417	36.180
Total - não circulante	152.687	136.679
Passivo - diferenças temporárias		
Imposto de renda	19.166	9.226
Contribuição social	6.900	3.321
	26.066	12.547
Totais líquidos - ativos não circulantes	126.621	124.132

As diferenças temporárias são como segue:

	2014		2013	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Créditos fiscais - ágio (1)	179.369	60.985	191.718	65.184
Provisão ajuste atuarial	67.802	23.052	61.156	20.793
Provisões para riscos	51.097	17.373	37.604	12.785
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	28.209	9.591	7.351	2.499
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	30.475	10.362	29.374	9.987
Variações cambiais passivas	72.030	24.490	35.449	12.053
Ajuste a valor presente	8.615	2.929	10.415	3.541
Ativos regulatórios (CVA´s)	-	-	26.919	9.152
Outras adições (exclusões) temporárias	11.482	3.905	2.011	685
Marcação a mercado - derivativo	(48.385)	(16.451)	(15.685)	(5.333)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações:	(28.280)	(9.615)	(21.218)	(7.214)
Total - ativo não circulante	372.414	126.621	365.094	124.132

(1) O benefício fiscal do ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos créditos fiscais
2015	10.663
2016	10.563
2017	10.563
2018	10.463
2019	10.363
2020	10.363
2021 a 2024	63.643
Total	126.621

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2014	2013
Lucro antes dos impostos	138.846	145.823
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(47.208)	(49.580)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	26.033	35.619
Outras exclusões permanentes (**)	1.693	2.082
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.482)	(11.879)
Alíquota efetiva	14,0%	8,1%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

(**) Referem-se basicamente as despesas contabilizadas em doações, patrocínios, participações e brindes.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro de 2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 e o deferimento de seu pedido junto a Receita Federal - Despacho decisório nº 128 DRF/JPA de 23 de maio de 2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16 de outubro de 2014. Para as empresa que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

15. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No período findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$7.062.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	2014	2013
Ativo financeiro - 2013 e 2012	225.555	147.049
Adições no exercício (*)	45.523	73.897
Baixas no exercício	(1.916)	(838)
Ativo financeiro	269.162	220.108
Atualização contas a receber da concessão - VNR	7.062	5.447
Ativo financeiro custo corrigido- 2014 e 2013	276.224	225.555

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

16. Intangível e Imobilizado

	2014	2013
Intangível - Contrato de concessão	668.384	609.184
Imobilizado	12.410	13.511
Total	680.794	622.695

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

Intangível	Saldo 2013	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2014
Intangível em Serviço						
Custo	1.187.032	-	87.596	(20.142)	-	1.254.486
Amortização Acumulada	(448.855)	-	-	14.308	(60.214)	(494.761)
Subtotal	738.177	-	87.596	(5.834)	(60.214)	759.725
Em Curso	62.801	153.003	(87.596)	(46.572)	-	81.636
Total	800.978	153.003	-	(52.406)	(60.214)	841.361
(-) Obrigações Vinculadas a concessão						
Em Serviço						
Custo	188.990	-	3.273	(9)	-	192.254
Amortização Acumulada	(37.104)	-	-	-	(9.208)	(46.312)
Subtotal	151.886	-	3.273	(9)	(9.208)	145.942
Em Curso	39.908	6.448	(3.273)	(16.048)	-	27.035
Total das Obrigações Vinculadas a concessão	191.794	6.448	-	(16.057)	(9.208)	172.977
Total Intangível	609.184	146.555	-	(36.349)	(51.006)	668.384
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	327	-	-	-	-	327
Máquinas e equipamentos	14.508	-	1.541	(124)	-	15.925
Veículos	247	-	-	(127)	-	120
Móveis e utensílios	12.004	-	179	(11)	-	12.172
Total do imobilizado em serviço	27.086	-	1.720	(262)	-	28.544
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(92)	-	-	-	(11)	(103)
Máquinas e equipamentos	(6.078)	-	-	6	(2.080)	(8.152)
Veículos	(164)	-	-	99	(32)	(97)
Móveis e utensílios	(7.241)	-	-	2	(543)	(7.782)
Total Depreciação acumulada	(13.575)	-	-	107	(2.666)	(16.134)
Subtotal Imobilizado	13.511	-	1.720	(155)	(2.666)	12.410
Imobilizado em curso	-	1.720	(1.720)	-	-	-
Total do Imobilizado	13.511	1.720	-	(155)	(2.666)	12.410
Total Geral	622.695	148.275	-	(36.504)	(53.672)	680.794

(*) Das baixas no montante de R\$36.504, R\$45.523 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$5.980 referem-se à baixas realizadas no período e R\$14.999 referem-se à devolução de obrigações especiais do Programa Luz para todos, transferido para a rubrica da empréstimos e financiamentos - 5º tranche em agosto de 2014.

	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2013
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo:	1.065.930	-	135.446	(14.344)	-	1.187.032
Amortização acumulada	(401.404)	-	-	8.188	(55.639)	(448.855)
Subtotal	664.526	-	135.446	(6.156)	(55.639)	738.177
Em Curso	117.231	142.075	(142.611)	(53.894)	-	62.801
Total	781.757	142.075	(7.165)	(60.050)	(55.639)	800.978
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	167.222	-	24.997	(3.229)	-	188.990
Amortização acumulada	(26.062)	-	-	-	(11.042)	(37.104)
Subtotal	141.160	-	24.997	(3.229)	(11.042)	151.886
Em Curso	33.031	31.874	(24.997)	-	-	39.908
Total	174.191	31.874	-	(3.229)	(11.042)	191.794
Total do intangível	607.566	110.201	(7.165)	(56.821)	(44.597)	609.184
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Edificações e benfeitorias	1.468	-	105	(1.246)	-	327
Máquinas e equipamentos	8.654	-	6.274	(420)	-	14.508
Veículos	313	-	-	(66)	-	247
Móveis e utensílios	12.015	-	786	(797)	-	12.004
Depreciação Acumulada	(12.543)	-	-	1.156	(2.188)	(13.575)
Total do imobilizado	9.907	-	7.165	(1.373)	(2.188)	13.511
Total Geral	617.473	110.201	-	(58.194)	(46.785)	622.695

(*) Das baixas no montante de R\$58.194, R\$53.894 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$4.300 referem-se a baixas realizadas no exercício. Das adições de obrigações especiais, R\$31.874, cerca de R\$20.003 foram transferidas para o contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,90% (3,89% em 2013).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2014	2013
Contribuições do consumidor	73.948	72.972
Participação da União - recursos CDE	140.117	153.764
Participação do Governo do Estado	11.938	11.937
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	6.098	1.992
(-) Amortização acumulada	(46.312)	(37.104)
Total	185.789	203.561
Alocação:		
Contas a receber da concessão	12.812	11.767
Infraestrutura - Intangível em serviço	145.942	151.886
Infraestrutura - Intangível em curso	20.937	37.916
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	6.098	1.992
Total	185.789	203.561

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em agosto de 2009, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações vinculadas à concessão.

Até 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$6.098 (R\$1.992 em 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Edificações e benfeitorias	3,29%
Máquinas e equipamentos	3,90%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

17. Fornecedores

	2014	2013
Suprimento:		
CCEE	13.867	5.584
Contratos Bilaterais (1)	70.246	52.095
Encargos do serviço de sistema (1)	3.137	3.777
Conexão à rede (1)	325	303
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	810	448
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	4.660	3.280
Materiais, serviços e outros (2)	26.946	27.312
Total	119.991	92.799
Circulante	117.345	90.153
Não Circulante	2.646	2.646

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2014	2013	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	591	-	61.000	61.591	61.485	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	354	358	741	1.127	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	73	520	1.346	1.939	2.504	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	376	1.469	1.912	2.322	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	57	324	1.712	2.093	2.448	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	234	420	2.397	3.051	3.310	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	75	896	-	971	3.451	
Eletrobrás - Subtransmissão	10	3.589	2.231	5.830	13.987	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	6	-	-	6	15	
Eletrobrás - Eletrificação Rural	-	-	-	-	8	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	13.646	-	13.646	529	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	-	-	-	5.363	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	36	9.782	13.955	23.773	33.311	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	10	8.502	39.507	48.019	53.966	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1	2.228	3.842	6.071	8.499	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	24	650	9.410	10.084	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	27	650	9.409	10.086	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	16	90	5.820	5.926	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	18	90	5.820	5.928	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	1	17	856	874	-	
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	40	39	738	817	-	
Banco BNB - repasse BNDES	38	3.703	12.159	15.900	19.632	
Banco BNB - repasse BNDES	1	111	255	367	585	
Banco BNB - repasse BNDES	-	3.874	12.175	16.049	20.006	
Banco BNB - repasse BNDES	-	109	368	477	589	
Banco Itaú BBA - FINAME	154	3.193	33.199	36.546	24.256	
Banco Itaú CCB	-	40.269	-	40.269	-	
Total em moeda nacional	1.508	93.432	218.026	312.966	257.393	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(338)	-	(1.054)	(1.392)	(1.732)	
Em moeda estrangeira						
Banco Itaú BBA I	621	44.890	-	45.511	39.882	(1)
Banco Itaú BBA II	1.330	-	160.108	161.438	142.428	(1)
Citibank	61	-	106.248	106.309	93.764	(1)
Total em moeda estrangeira	2.012	44.890	266.356	313.258	276.074	
Total ENERGISA PARAÍBA	3.182	138.322	483.328	624.832	531.735	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$28.990 (R\$36.268 em 2013), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) Os contratos de financiamentos junto ao Banco Itaú BBA e Citibank, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref.
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Taxa de Juros a.a.		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	72	CDI	+ 0,7%	11,77%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	23	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	40	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	jul-2019	mensal	Recebíveis	27	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	out-2020	mensal	Recebíveis	82	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	jun-2021	mensal	Recebíveis	78	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	mar-2022	mensal	Recebíveis	87	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	15	RGR	5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	mar-2016	mensal	Recebíveis	15	Selic	Acumulada	11,0%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18	pré-fixado	7,8%	7,8%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	54	pré-fixado	8,1%	8,1%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	18	TJLP	+ 4,0%	9,0%	
Banco BNB - repasse BNDES FINEM	Dez-2023	mensal	Aval Energisa S.A	108	TJLP	+ De 3,50% a 8,90%	8,50% a 13,90%	
Banco do Nordeste - Repasse BNDES	jan-2019	mensal	Aval Energisa S.A	49	TJLP	+ De 3,4% a 4,4%	De 8,4% a 9,4%	
Banco Itaú BBA - FINAME	até ago-2023	Mensal	Aval Energisa S.A	104	TJLP	+ 2,5% a 10%	7,5% a 15,00%	
Itaú CCB	Fev-2015	Final	Aval Energisa S.A	-	CDI	+ 2,5%	13,31%	
Banco Itaú BBA I	Ago-2015	final	Aval Energisa S.A	8	Dólar	+ 3,2466	16,64%	(1)
Banco Itaú BBA II	Abr-18	anual após abr2017	Aval Energisa S.A	40	Dólar	+ 3,4892%	16,88%	(1)
Citibank	Set-2017	Anual após set.2016	Aval Energisa S.A	33	Libor	+ 1,8987%	15,80%	(1)

(1) Possui Swap.

(2) Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

Moeda/indicadores	2014	2013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
TJLP	5,00%	5,00%
SELIC	10,90%	8,22%
CDI	10,81%	8,06%
IPCA	6,41%	5,91%
IGP-M	3,67%	5,53%
LIBOR	0,23%	0,27%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	100.413
2017	172.132
2018	132.878
2019	39.496
Após 2019	38.409
Total	483.328

Seguem as movimentações ocorridas no período/exercício:

Descrição	2014	2013
Saldo em 2014 e 2013	531.735	476.840
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	104.328	179.681
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	69.846	87.951
Pagamento de principal	(50.516)	(172.339)
Pagamento de juros	(30.561)	(40.398)
Saldo em 2014 e 2013	624.832	531.735
Circulante	141.504	45.988
Não circulante	483.328	485.747

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes é como segue:

Contratos	2015	2016	2016 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	97	-	484	581
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	110	110	55	275
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	28	28	13	69
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	103	105	259	467
	338	243	811	1.392

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	11,92% a.a
Quantidade de títulos	80.000
Valor na data de emissão	80.000
Títulos em circulação	80.000
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
Saldos - 2014 - circulante (*)	-
Saldos - 2013 - circulante (*)	80.029

(*) Deduzido de R\$75 (R\$299 em 2013), referente a custos de captação incorridos na contratação.

Em 15 de dezembro de 2014 a Companhia efetuou o resgate da totalidade das debêntures de 7ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$80.213 de principal e de R\$8.962 de juros, totalizando R\$89.175.

Seguem as movimentações ocorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Descrição	2014	2013
Saldos em 2013 e 2012	80.029	64.448
Recolocação debêntures	-	15.274
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	9.146	6.750
Pagamento de principal	(80.213)	
Pagamento de juros	(8.962)	(6.443)
Saldos em 2014 e 2013 - circulante	-	80.029

20. Tributos e Contribuições Sociais

	2014	2013
ICMS	29.609	19.667
Encargos sociais	2.293	2.670
IRPJ	21.766	16.818
CSSL	8.722	7.435
PIS / COFINS	30.410	17.711
IRRF	1.198	1.061
Outros	1.559	1.411
Total	95.557	66.773
Circulante	67.297	46.354
Não circulante	28.260	20.419

21. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2014
Trabalhistas	8.738	12.946	(2.353)	657	19.988
Cíveis	26.381	9.430	(8.937)	1.587	28.461
Fiscais	2.485	-	-	163	2.648
Total	37.604	22.376	(11.290)	2.407	51.097
Depósitos e cauções vinculados (*)	(9.274)				(8.392)

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	9.225	2.636	(3.539)	416	8.738
Cíveis	22.799	10.011	(7.654)	1.225	26.381
Fiscais	4.996	-	(2.739)	228	2.485
Total	37.020	12.647	(13.932)	1.869	37.604
Depósitos e cauções vinculados (*)	(8.356)				(9.274)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$23.334 (R\$22.610 em 2013) dos quais R\$14.942 (R\$13.336 em 2013) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de ganho ser possível ou remoto.

No período findo em 31 de dezembro de 2014 foram pagos o montante de R\$6.355 (R\$7.238 em 2013), sendo de indenizações trabalhistas R\$2.548 (R\$2.628 em 2013) e de indenizações cíveis R\$3.807 (R\$4.610 em 2013).

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de verbas contratuais/legais: horas extras, equiparação salarial, FGTS, entre outros.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$315.922 (R\$266.162 em 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas no montante R\$19.826 (R\$15.200 em 2013), têm como objeto o pleito de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

Ações judiciais de natureza cível, no montante de R\$88.733 (R\$71.415 em 2013), têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

Ações de natureza fiscal e tributária no montante de R\$207.363 (R\$179.547 em 2013) referem-se basicamente aos seguintes objetos: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, leilão de energia, entre outros.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$461.424 (R\$425.805 em 2013) está representado por 918.160 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$35.619, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$461.424.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado em até o limite de 6.000.000 de ações, sendo até 4.092.176.000 em ações ordinárias e até 1.907.824.000 em ações preferenciais.

22.2. Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº14, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia. À medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

22.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

22.4. Reserva de lucros- reserva de redução de imposto de renda

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de

renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 197/2012 - Ofício SUDENE n.1.957 de 12/12/2012, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apurou R\$26.033 (R\$35.619 em 2013) de redução de imposto de renda e adicionais.

22.5. Reserva de lucros - retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício, R\$22.453 foram destinados para a reserva de retenção de lucros, com base em orçamento de capital aprovado pela Diretoria e a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

22.6. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	119.364	133.944
Lucros acumulados	-	185
Reserva legal (5%)	(5.968)	(6.697)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(26.033)	(35.619)
Lucro líquido ajustado	87.363	91.813
Dividendos obrigatórios (25%)	21.841	22.953
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em junho de 2013 - R\$45,91 por ação	-	42.151
. Pagos em agosto de 2013 - R\$18,15 por ação	-	16.666
. Pagos em dezembro de 2013 - R\$28,32 por ação		26.000
. Pagos em junho de 2014 - R\$33,9102 por ação	31.135	-
. Pagos em setembro de 2014 - R\$5,2755 por ação	4.844	-
	35.979	84.817
(**) Dividendos adicionais propostos R\$31,51 por ação (R\$7,62 em 2013)	28.931	6.996
Total dos dividendos	64.910	91.813
% sobre o lucro líquido ajustado	74	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 11 de junho, e 05 de setembro de 2014 (13 de junho, 08 de agosto e 19 de dezembro de 2013) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de abril e 30 de junho de 2014 (31 de março, 30 de junho e 30 de novembro de 2013) .

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08 e serão pagos em data a ser definida em RCA.

23. Receita operacional

	2014			2013		
	Não auditada pelos auditores independentes			Não auditada pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	1.076.109	1.534.598	696.751	1.035.707	1.433.767	630.918
Industrial	4.485	628.497	186.027	4.540	508.824	143.324
Comercial	93.019	684.392	300.792	91.433	636.737	267.814
Rural	121.405	263.409	79.547	115.953	271.319	76.936
Poder Público:						
Federal	618	56.377	40.518	598	55.469	38.896
Estadual	3.237	76.831	32.142	3.132	75.594	30.855
Municipal	11.968	96.769	21.327	11.581	95.211	20.473
Iluminação Pública	663	228.313	57.137	650	224.490	52.055
Serviço Público	1.031	212.582	52.884	1.011	214.819	49.542
Consumo Próprio	234	4.350	-	212	4.432	-
Subtotal	1.312.769	3.786.118	1.467.125	1.264.817	3.520.662	1.310.813
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	16.725	-	-	16.422
Suprimento	-	81.389	6.651	-	54.721	11.101
Fornecimento Não Faturado	-	12.458	15.042	-	23.275	(2.016)
Disp. Sistema de Transmissão	20	-	29.966	21	-	46.409
Receita de Construção (1)	-	-	167.726	-	-	133.705
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	84.076	-	-	-
Outras Receitas	-	-	13.933	-	-	9.482
Total - receita operacional bruta	1.312.789	3.879.965	1.801.244	1.264.838	3.598.658	1.525.916
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	331.346	-	-	287.726
PIS	-	-	26.954	-	-	22.899
COFINS	-	-	124.152	-	-	105.475
ISS	-	-	389	-	-	341
Quota para RGR	-	-	-	-	-	(1.774)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	5.317	-	-	4.770
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	4.270	-	-	2.473
Conta Consumo Combustível - CCC	-	-	-	-	-	2.113
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	5.317	-	-	4.787
Receita de Ultrapassagem Demanda Energia Reativa Excedente	-	-	4.107	-	-	1.992
Total	-	-	501.852	-	-	430.802
Total - receita operacional líquida	1.312.789	3.879.965	1.299.392	1.264.838	3.598.658	1.095.114

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado do exercício de 2014 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

24. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais		Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda	590.505	-	-	-	-	590.505	435.100
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	50.184	-	-	-	-	50.184	56.362
Pessoal e administradores	-	33.759	37	30.574	40.965	105.335	101.969
Entidade de previdência privada	-	2.168	-	2.403	2.687	7.258	8.281
Material	-	2.316	1.704	7.818	2.649	14.487	12.640
Serviços de terceiros	-	10.517	1.001	22.179	52.808	86.505	80.024
Depreciação e amortização	-	46.815	-	190	6.667	53.672	46.785
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	9.772	-	9.772	8.762
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	-	11.948	11.948	(1.285)
Custo de construção	-	-	167.726	-	-	167.726	133.705
Outras	-	4.261	-	2.469	11.272	18.002	23.813
	640.689	99.836	170.468	75.405	128.996	1.115.394	906.156

Os valores foram registrados como redução de custos de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema, de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

	MWH (**)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2014	2013	2014	2013
Energia de leilão	2.066.279	1.892.049	412.051	287.788
Energia bilateral	438.964	438.964	82.455	81.722
Cotas de Angra REN 530/12	151.459	152.279	22.719	20.659
Energia de curto prazo - CCEE	226.024	97.399	249.935	45.510
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	1.594.169	1.590.109	49.696	48.652
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	91.130	87.307	23.019	21.050
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	(201.707)	(29.824)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(47.664)	(40.457)
Total	4.568.025	4.258.107	590.505	435.100

(*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

(**) Não revisado pelos auditores independentes.

Para os meses de janeiro a outubro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	10.708
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	32.024
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	48.528
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	31.077
Maio	Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014	28.949
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	-
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	9.604
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	11.711
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	17.914
Outubro	Despacho nº 4.657 de 02 de dezembro de 2014	11.191

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a outubro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

25. Outros resultados

	2014	2013
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	7.354	7.592
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(14.917)	(13.821)
Total	(7.563)	(6.229)

26. Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Receita de aplicações financeiras	15.416	16.108
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	19.739	20.415
Atualização contas a receber da concessão - VNR	7.062	5.447
Outras receitas financeiras	4.254	15.879
Total receita financeira	46.471	57.849
Encargos de dívidas - juros	(46.352)	(44.779)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(32.642)	(49.922)
(-) Transferência para ordens em curso	4.275	3.461
Ajuste valor presente ativo	1.800	(394)
Marcação a mercado de derivativos	(3.511)	(25.671)
Instrumentos financeiros derivativos	21.199	39.933
Atualização de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(2.406)	(1.869)
Custos renegociação de títulos com clientes	(2.302)	(1.110)
Comissão de aval	(6.635)	(5.389)
Atualização passivos regulatórios	(3.936)	-
Outras despesas financeiras	(13.550)	(9.015)
Total despesa financeira	(84.060)	(94.755)
Despesas financeiras líquidas	(37.589)	(36.906)

27. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício:	119.364	133.944
Média ponderada das ações	918.160	918.160
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	130,00	145,88

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2014	2013
Risco Operacional	23/10/2015	35.606	410	367
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	50.600	316	292
Frota- Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2015	Até R\$ 360 mil/veículo	231	255
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2015	91.062	404	376
			1.361	1.290

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	45.979	45.979	50.315	50.315
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	37.721	37.721	96.049	143.796
Consumidores e concessionárias	167.769	167.769	151.382	151.382
Títulos de créditos a receber	54.192	54.192	61.992	61.992
Conta a receber da concessão	276.224	276.224	225.555	225.555
Ativos regulatórios líquidos	80.140	80.140	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	48.385	48.385	15.685	15.685

PASSIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	119.991	119.991	92.799	92.799
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	624.832	624.832	611.764	611.543

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão e ativos regulatórios líquidos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP), sendo esse a 1ª emissão de debêntures. Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	2014	2013
Dívida (a)	624.832	611.764
Caixa e equivalentes de caixa	(45.979)	(50.315)
Dívida Líquida	578.853	561.449
Patrimônio Líquido (b)	671.476	598.086
Índice de endividamento líquido	0,86	0,94

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e nº 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	117.345				2.646	119.991
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - 10,83%	87.412	92.634	330.613	197.763	41.766	750.188
Total	204.756	92.634	330.613	197.763	44.412	870.178

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2014	2013
Caixa e equivalente de caixa	45.979	50.315
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	37.721	143.796
Consumidores e concessionárias	167.769	151.382
Títulos de créditos a receber	54.192	61.992
Conta a receber da concessão	276.224	225.555
Ativos regulatórios líquidos	80.140	-
Instrumentos financeiros derivativos	48.385	15.685

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11, 15 e 29.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 4,63% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,6562/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 19,45%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2014 de R\$626.224 (R\$613.795 em 2013), R\$313.258 (R\$276.074 em 2013) estão representados em dólares, (i) US\$78,3 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$ 77,2 milhões de principal), (ii) US\$40,0 milhões de empréstimo com o Citibank (US\$40,0 milhões de principal).

Os empréstimos têm vencimento de longo prazo, 17 de Abril de 2018, e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 apresenta no ativo circulante R\$8.901 e no não circulante R\$39.484 (R\$15.685 em 2013) a título de marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador (*)
Loan 4131				
Itaú BBA				
P. Ativa	16.900	VC + 4,33%	17/08/2015	2,85 (Ago/15)
P. Passiva		100,00%CDI		
Loan 4131				
Citibank				
P. Ativa	40.000	LIBOR + 1,90%	21/09/2017	3,0185(Set/16) 3,1975(Set/17)
P. Passiva		101,00%CDI		
Loan 4131				
Itaú BBA				
P. Ativa	60.277	VC + 4,11%	17/04/2018	3,11(Abr/17)
P. Passiva		108,95%CDI		3,30(Abr/18)

(*) Em 27 de janeiro de 2015, a administração da Companhia excluiu os limitadores com vencimento no ano de 2015 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a eliminar o risco de perdas por alta do US\$ nos swaps cambiais de vencimento em 2015.

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, que podem ser assim resumidos:

Instrumentos financeiros derivativos					
	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo	
	2014	2013		2014	2013
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD	212.864	190.875
			Posição Passiva		
Swap com Opções Itaú BBA	154.138	34.138	Taxa de Juros CDI	(161.564)	(161.671)
			Opções de Moeda Estrangeira - USD	(19.573)	(18.528)
			Posição Total		
			Swap Com Opções	31.727	10.676
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira- USD Libor	107.873	96.332
			Posição Passiva		
Swap com Opções Citibank	80.960	80.960	Taxa de Juros CDI	(81.366)	(81.366)
			Opções de Moeda Estrangeira - USD	(9.849)	(9.956)
			Posição Total		
			Swap Com Opções	16.658	5.010

O Valor Justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e 19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014 e 2013, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos					
Swap com Opções - Itaú e Citibank	-		42.730	(26.771)	(96.272)
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD	320.737		278.006	347.508	417.010
Posição Passiva					
		Alta USD			
Taxa de Juros CDI	(242.930)		(242.930)	(242.930)	(242.930)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(29.442)		-	(35.920)	(98.738)
Subtotal	48.385		35.076	68.658	75.342
Líquido	-		77.806	41.887	(20.931)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2014, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$77.806 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente positivo de R\$41.887 e negativo de R\$20.931, respectivamente.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11%, TJLP = 5% ao ano e FNE = 8% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	55.790	Alta do CDI	6.700	8.372	10.042
Instrumentos financeiros passivos:					
	(75.237)	Alta do CDI	(9.382)	(11.727)	(14.073)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(72.579)	Alta da TJLP	(3.629)	(4.536)	(5.443)
	(71.792)	Alta do FNE	(5.743)	(7.179)	(8.615)
Subtotal (**)	(219.608)		(18.754)	(23.442)	(28.131)
Total	(163.818)		(12.054)	(15.070)	(18.089)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2015 (12,5% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014, TJLP 5% ao ano e recursos do FNE de 8% ao ano (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplimento).

(**) Não inclui operações em dólar com swap para CDI, cujo notional em reais equivale a R\$ 235.098. Caso essas operações fossem incluídas, o resultado seria alterado em R\$ (25.861) no Cenário provável, R\$ (32.326) no Cenário II e R\$ (38.791) no Cenário III.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2014	2013
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	37.721	143.796
Instrumentos financeiros derivativos	2	48.385	15.685
Contas a receber da concessão	3	276.224	225.555
Ativos regulatórios líquidos	3	80.140	-

30. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

O plano de benefícios previdenciários (Funasa) mantido pela Companhia na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Na busca do equacionamento desse plano a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a

Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento do Plano de Benefício Definido (BD) para novos participantes;
2. Criação do Plano Saldado (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação do Plano de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para o plano (PS).

Os participantes que optaram pela migração para o plano (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação do plano foi objeto de contrato de assunção pela patrocinadora Energisa PB com o respectivo fundo patrocinado - Funasa. Em função de sua característica, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

O plano (CD) se caracteriza por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

Plano de contribuição definida

A Companhia possui plano de contribuição definida após a reestruturação apresentada acima

A seguir, apresenta-se a característica dos planos de benefícios:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/folha de pagamento	Déficit Atuarial	
		2014	2013		2014	2013
Energisa PB	BD	6.137	5.962	10,44	67.802	61.681
Energisa PB	CD	631	560	1,07	-	-
Energisa PB	PS	413	342	0,70	-	-
Total					67.802	61.681
Circulante					10.847	8.037
Não circulante					56.955	53.644

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuários externos, os quais emitirão pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, de acordo com as regras aprovada pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2014		2013	
	PS	BD	PS	BD
Valor presente das obrigações atuariais	(26.220)	(131.163)	(22.003)	(126.611)
Valor justo dos ativos do plano	28.104	63.361	25.097	64.930
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	1.884	(67.802)	3.094	(61.681)
Redução dos ativos dos planos	(1.884)	-	(3.094)	-
Passivo líquido	-	(67.802)	-	(61.681)

Demonstração das despesas para o exercício de 2015, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	PS	BD
Custo do serviço corrente	535	815
Custo dos juros	3.401	13.652
Rendimento esperado do ativo do plano	(3.647)	(6.562)
Remensuração do custo financeiro	(77)	2.730
Despesas previstas para 2015	212	10.635

Demonstração da movimentação do passivo atuarial líquido do exercício:

	2014		2013	
	PS	BD	PS	BD
Passivo atuarial líquido no início do exercício	-	61.681	6.814	56.464
Despesas correntes	517	6.741	2.043	4.726
Contribuições da Companhia	-	(5.681)	-	(5.971)
Impacto decorrente do reconhecimento de ganhos e perdas	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	(517)	5.061	(8.857)	6.462
Passivo atuarial líquido do final do exercício	-	67.802	-	61.681

Os ativos dos planos são:

	PS		BD	
	2014	2013	2014	2013
Ativos do plano:				
Cotas de fundos de renda fixa	27.849	24.756	53.657	54.105
Investimentos imobiliários	-	-	7.603	7.770
Empréstimos a participantes	182	234	752	856
	28.031	24.990	62.012	62.731

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2014		2013	
	PS	BD	PS	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	25.097	64.930	27.558	72.850
Benefícios pagos	(268)	(13.414)	(245)	(12.873)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	617	-	649
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	5.681	-	5.971
Rendimento efetivo dos ativos	2.809	6.899	2.316	5.776
Ganhos(perdas) atuariais dos ativos	466	(1.352)	(4.532)	(7.443)
Valor justo dos ativos	28.104	63.361	25.097	64.930

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a demonstração do valor presente das obrigações é apresentada como segue:

	2014		2013	
	PS	BD	PS	BD
Saldo no início do exercício	22.003	126.611	34.372	129.314
Benefícios pagos no caixa	(268)	(13.414)	(245)	(12.874)
Juros sobre obrigação atuarial	2.461	13.399	2.891	10.180
Custo do serviço corrente (com juros)	865	766	1.468	850
Perdas (Ganhos) nas obrigações atuariais	1.159	3.801	(16.483)	(859)
Saldo no final do exercício	26.220	131.163	22.003	126.611

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	6,23% a.a (PS) e 6,187% a.a (BD).
Taxa de rendimento esperado dos ativos	13,06% a.a. (com efeito da inflação)
Reajuste do benefício	Somente inflação.
Crescimento salarial	0% a.a. (PS) e 1,0% a.a. acima da inflação (BD)
Inflação projetada	6% a.a

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	CSO 58 M

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa PB aos seus empregados:

	PS	BD
Participantes Ativos		
Número	229	44
Idade Média	50,38	50,40
Tempo de participação (anos)	21,17	23,4
Salário de Participação Médio	R\$0,839	R\$2,863
Participantes Assistidos		
Número	23	446
Idade Média	57,13	70,2
Benefício Médio Mensal	R\$0,851	R\$1,834
Pensionistas		
Número de Pensionistas	3	269
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,299	R\$0,847

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 31 de dezembro de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$3.351 (R\$2.666 em 2013).

31. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2046	591.140	595.879	588.839	575.034	611.887	8.101.102

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de setembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

32. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

33. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado e apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
3. Nas construções das linhas de transmissão e subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS são elaboradas em estudos de arqueologia preventiva supervisionado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Arqueológico Nacional, que indicam a possibilidade de ocorrência de vestígios arqueológicos e se encontrados são avaliados os possíveis impactos sobre o patrimônio histórico cultural, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA, Plano de Controle Ambiental - PCA, Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para utilizar os recursos naturais de forma racionais e sustentáveis e otimização da qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. Operacionalização do Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança: prevê a implementação de uma ferramenta compatível com as normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinentes, capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos sócio ambientais, saúde e segurança.
6. Como forma de garantir um efetivo controle da gestão ambiental, foi criado o Comitê Interno de Gestão do Meio Ambiente, que entre outras atividades, tem como objetivo a avaliação e prescrição de

procedimentos proativos, que eliminem ou reduzam os riscos , garantindo uma operação segura e sem impactos negativos ao meio ambiente.

7. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
8. A empresa com base na Instrução de Controle Ambiental ICA -09, ICA 11 e ICA 12, realiza a descontaminação de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio.
9. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como a disponibilização de papa-lâmpada e papa-pilha e bateria, para os colaboradores depositarem os resíduos e destinamos de forma adequada os resíduos, através de empresas devidamente licenciadas.
10. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R`s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
11. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, bem como informa aos parceiros e clientes sobre as boas pratica adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam, em suma preservar a vida.
12. Atuação junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
13. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder.
14. Conta Cidadã: consiste na troca de lixo reciclável (agora denominados de resíduos) por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem.
15. Programa de manutenção preventiva e corretiva, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica.
16. Na Operação das Subestações realizamos a elaboração de Laudo de Ruído de Fundo, como também Laudo de Conformidade Eletromagnética.

No exercício de 2014, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$5.517 (R\$4.246 em 2013), sendo R\$5.386 (R\$4.169 em 2013) alocados no ativo intangível e R\$131 (R\$77 em 2013) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

34. Informações adicionais ao fluxo de caixa

No período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2014	2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	45.523	73.897
Atualização do contas a receber da concessão - VNR	7.062	5.447
Fornecedores	10.126	9.277
Atividades de investimentos		
Imobilizado e intangível	23.407	9.277
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	13.281	15.462
Capitalização de reservas	35.619	39.289

35. Eventos subsequentes

a. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual.

O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

b. Revisão tarifária extraordinária

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 3,8%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

c. Captações de dívidas

Em ata de reunião do Conselho de Administração no dia 13 de março de 2015, foi aprovada a ratificação de empréstimo contratado pela Companhia em 27 de fevereiro de 2015 nos termos da Lei nº 4.131 de 03 de setembro de 1962, no valor de R\$15.800, com o Banco Citibank, pelo prazo de 4 anos, com taxa de juros anual equivalente a CDI + 1,80%.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a outubro de 2014. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2015.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 19 de março de 2015.

Andre Luís Cabral Theobald
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

Jairo Kenedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial

Declaração dos Diretores da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

João Pessoa, 19 de março de 2015.

Andre Luís Cabral Theobald
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretor de Gestão de Pessoas

Jairo Kenedy Soares Perez
Diretor Técnico e Comercial